Farol estudos

EDIÇÃO 2026.11.22

AMOSTRA GRÁTIS · CADERNO COMPLETO DE ESTUDO

# Auditor-Fiscal da Receita Federal

Teoria pelo edital, letra da lei, mapas mentais, flashcards e questões comentadas, com QR code para vídeo, podcast e simulado online.

| 17 | 347 | 4.580 | 3.234 |
|---|---|---|---|
| disciplinas | tópicos | questões comentadas | flashcards |

farolestudos.com.br

Farol estudos

**Caderno completo · Auditor-Fiscal da Receita Federal**
Edição 2026.11.22, gerada em 22/11/2026 a partir do conteúdo da plataforma Farol Estudos.

Material de estudo independente, sem vínculo com órgão público ou banca organizadora. As questões marcadas como “Prova real” citam a banca e o ano de origem; as demais são inéditas, escritas pela equipe Farol.

Licença de uso individual e intransferível. É proibido revender, compartilhar ou publicar este arquivo, no todo ou em parte. O conteúdo é atualizado continuamente no site: use os QR codes para ver a versão mais recente de cada tópico.

Encontrou um erro ou quer sugerir algo? Escreva para suporte@farolestudos.com.br.

**Crie sua conta grátis**
plano do dia, questões ilimitadas e revisão espaçada

# Como usar este caderno

★ **Resumo**
a essência do tópico em poucas linhas. Comece por aqui e volte nele na véspera.

§ **Letra da lei**
os dispositivos que a banca transcreve. Leia em voz alta: a prova troca uma palavra.

! **Como a banca cobra**
as pegadinhas que mais derrubam candidatos, com o raciocínio para não cair.

✓ **Revisão rápida**
checklist para marcar o que você já domina. O que ficar em branco volta para a revisão.

✳ **Mapa mental**
o tópico inteiro numa página. Ótimo para revisar em 2 minutos.

◧ **Flashcards**
cubra a coluna da direita e responda antes de olhar.

? **Questões**
no formato da prova. O gabarito comentado fica no fim de cada disciplina.

## O método em quatro passos

1. **Leia** o tópico na ordem: resumo, entenda, letra da lei.
2. **Feche o caderno** e refaça o mapa mental de memória.
3. **Resolva** as questões e confira o gabarito comentado.
4. **Revise** com os flashcards em 1, 7 e 30 dias. No app, a revisão espaçada faz essa conta por você.

## QR codes: o caderno continua online

Cada tópico traz QR codes para a página do tópico (com podcast e atualizações), a videoaula, quando houver, e todas as questões do tema corrigidas na hora. No fim do caderno, um simulado no formato da prova, que você também pode fazer online com nota projetada.

**Simulado online grátis**
nota projetada na hora

**Edital verticalizado**
marque o que já estudou

## Na compra: o caderno também online

Quem compra o caderno completo recebe por e-mail o link da versão online, sem custo extra: do papel para o celular; "li até aqui" em cada trecho; tópicos estudados e % do edital; busca e filtros; progresso que vira treino.

**Caderno completo + leitura online**
acesso imediato, garantia de 7 dias

# Raio-X da prova

**BANCA**
FGV

**REFERÊNCIA**
Edital RFB nº 1/2022 (FGV)

**OBJETIVA**
140 questões de múltipla escolha (A–E)

**TEMPO**
9h

Questões de múltipla escolha com 5 alternativas (A–E) e uma correta, 1 ponto cada. Errar ou deixar em branco vale zero, sem desconto. Aprovação com 50% em cada módulo e sem zerar disciplina. A prova vale 140 pontos; é eliminado quem fizer menos de 50% (70 pontos).

| DISCIPLINA | BLOCO | PESO | TÓPICOS | ALTA PRIORIDADE | PÁGINA |
|---|---|---|---|---|---|
| Língua Portuguesa | BAS | 10 | 28 | 12 | **6** |
| Língua Inglesa | BAS | 8 | 6 | 0 | Volume 1 |
| Raciocínio Lógico-Matemático | BAS | 8 | 22 | 5 | Volume 1 |
| Estatística | BAS | 6 | 19 | 12 | Volume 1 |
| Economia e Finanças Públicas | BAS | 6 | 22 | 15 | Volume 1 |
| Administração Geral | BAS | 8 | 21 | 13 | Volume 1 |
| Administração Pública | BAS | 8 | 16 | 6 | Volume 1 |
| Auditoria | BAS | 8 | 15 | 12 | Volume 1 |
| Contabilidade Geral e Pública | BAS | 8 | 27 | 25 | Volume 1 |
| Fluência em Dados | BAS | 10 | 16 | 9 | Volume 1 |
| Direito Administrativo | ESP | 8 | 33 | 26 | **31** |
| Direito Constitucional | ESP | 8 | 29 | 10 | Volume 1 |
| Direito Previdenciário | ESP | 8 | 17 | 9 | Volume 1 |
| Direito Tributário | ESP | 10 | 23 | 23 | Volume 1 |
| Legislação Tributária | ESP | 8 | 12 | 12 | Volume 1 |
| Comércio Internacional | ESP | 8 | 21 | 21 | Volume 1 |
| Legislação Aduaneira | ESP | 10 | 20 | 20 | Volume 1 |

# Sumário


**Língua Portuguesa** ..... 6

1.1 Elementos da comunicação e funções da linguagem ..... 7

1.2 Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação ..... 12

**Direito Administrativo** ..... 31

11.1 Princípios expressos e implícitos da Administração Pública ..... 32

11.2 Poder de polícia ..... 40

**Simulado final** ..... 48

01

# Língua Portuguesa

2 tópicos · 24 questões no caderno · 24 online

1.1 Elementos da comunicação e funções da linguagem ..... 7

1.2 Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação ● ..... 12

● prioridade alta no edital

1.1 ITEM 1 DO EDITAL PRIORIDADE BAIXA

# Elementos da comunicação e funções da linguagem

**Tópico online**
podcast, revisão e atualizações

**3 questões online**
corrigidas na hora

## Resumo

Roman Jakobson ligou cada elemento da comunicação a uma função da linguagem. Um texto costuma reunir várias funções; a banca pergunta qual predomina, isto é, em qual elemento está o foco.

- **Referencial:** foco no assunto; o texto informa em linguagem objetiva.
- **Emotiva:** foco em quem fala; o texto expõe sentimentos e opiniões.
- **Conativa:** foco em quem recebe; o texto procura levar o interlocutor a agir.
- **Fática:** foco no canal; o texto abre, testa ou mantém o contato.
- **Metalinguística:** foco no código; a linguagem explica a própria linguagem.
- **Poética:** foco na forma da mensagem; o texto trabalha ritmo, som e imagem.

## Entenda

### Seis elementos, seis funções

Toda comunicação tem emissor, receptor, mensagem, assunto (referente), canal e código. A função predominante é a do elemento que o texto põe em destaque. Para achá-la, pergunte: o texto existe para informar, para desabafar, para convencer, para manter o contato, para explicar a língua ou para trabalhar a forma?

> *Ex.: um anúncio com rima informa pouco e usa forma elaborada, mas existe para levar o leitor a agir: predomina a função conativa.*

### Referencial

A função referencial, também chamada denotativa ou informativa, transmite dados sobre o assunto. Marcas: terceira pessoa, objetividade, linguagem denotativa. Aparece em notícias, textos didáticos e artigos acadêmicos.

- *A PRF apreendeu duas toneladas de droga na BR-277.*

Texto que discute um tema de língua, como a variação linguística no ensino, em linguagem objetiva, é referencial: o assunto é a língua, mas o texto não explica o próprio código.

> *Ex.: artigo acadêmico em norma-padrão, impessoal, sobre ciberataques: nível formal e função denotativa.*

### Emotiva

A função emotiva, ou expressiva, põe em primeiro plano os sentimentos e as opiniões de quem fala. Marcas: primeira pessoa, exclamações, interjeições, adjetivos de avaliação.

- *Estou com raiva. Uma cólera de derrubar copos.*

> *Ex.: narrador em primeira pessoa que expõe as próprias reações faz predominar a função emotiva, e não a referencial.*

### Conativa

A função conativa, ou apelativa, procura influenciar o receptor. Marcas: segunda pessoa, vocativo, imperativo.

- *Motorista, use o cinto!*
- *Meu bem, não chores.*

O vocativo se dirige ao interlocutor: é marca conativa, e não fática. Texto que não se dirige a ninguém para obter uma ação não é conativo, ainda que trate de regras.

> *Ex.: um projeto de lei em tramitação, redigido de forma impessoal, não tem função apelativa predominante: ainda não obriga ninguém, e a linguagem é declarativa.*

### Fática

A função fática abre, testa, mantém ou encerra o contato. O conteúdo importa pouco; o que vale é o canal funcionando. Marcas: cumprimentos, *alô*, *né?*, *está me ouvindo?*, conversa sobre o tempo.

- *Boa tarde! Consegue me ouvir?*
- *Esfriou um pouco, né?*

> *Ex.: dois conhecidos que se cruzam e comentam o tempo praticam um ritual de contato: função fática, centrada no canal.*

### Metalinguística

Na função metalinguística, o código explica o próprio código: a língua fala da língua, o poema fala do fazer poético, o filme mostra a filmagem. Aparece em dicionários, gramáticas e definições.

- *Rodovia: via rural pavimentada.*
- *Substantivo é a palavra que nomeia os seres.*

> *Ex.: o item que aponta função metalinguística em texto que apenas trata de um tema linguístico está errado.*

### Poética

A função poética valoriza a forma da mensagem: ritmo, rima, jogo de sons, figuras, escolha e arranjo das palavras. Predomina em poemas e aparece em slogans e na prosa literária.

- *O amor bate na porta / o amor bate na aorta.*

Emoção no texto não basta para a função emotiva predominar. No poema, o foco está na elaboração da mensagem.

> *Ex.: o item que diz que a função emotiva predomina no poema, por ser "característica essencial de obras poéticas", está errado.*

## Quadro

| Função | Foco | Marcas | Onde aparece |
|---|---|---|---|
| Referencial | assunto | 3ª pessoa, objetividade | notícia, texto acadêmico |
| Emotiva | emissor | 1ª pessoa, exclamação | diário, depoimento |
| Conativa | receptor | vocativo, imperativo | propaganda, ordem |
| Fática | canal | cumprimento, "alô", "né?" | telefonema, saudação |
| Metalinguística | código | definição, explicação da língua | dicionário, gramática |
| Poética | mensagem | ritmo, rima, figuras | poema, slogan |

## Como a banca cobra

- "Predomina no texto a função metalinguística." → **errado**, em texto que trata da variação linguística em linguagem objetiva (referencial).
- "Predomina no texto a função referencial." → **errado**, em narrativa na qual o narrador expõe a própria raiva (emotiva).
- "Nos trechos 'Boa tarde! Consegue me ouvir?' e 'Hei, Julinho!', predomina a função referencial." → **errado** (fática).
- "Emprega-se o nível formal de linguagem e predomina a função denotativa." → **certo**, em artigo acadêmico.
- "A função fática se manifesta nos vocativos 'meu bem' e 'meu amor'." → **errado** (conativa).
- "A função predominante é a emotiva, característica essencial de obras poéticas." → **errado** (poética).
- "A função predominante no diálogo está centrada no canal; os participantes praticam um ritual de contato." → **certo**.
- **Detalhe que derruba o item:** a função ligada ao elemento errado, ou a justificativa que não corresponde ao texto.

## Revisão rápida

- ☐ **Qual função informa sobre o assunto?** Referencial.
- ☐ **Qual função expressa os sentimentos de quem fala?** Emotiva.
- ☐ **Vocativo e imperativo marcam qual função?** Conativa.
- ☐ **"Alô, está me ouvindo?" é que função?** Fática.
- ☐ **Quando há função metalinguística?** Quando o código explica o próprio código.
- ☐ **Qual função predomina no poema?** Poética.
- ☐ **Texto objetivo sobre a língua é metalinguístico?** Não; é referencial.
- ☐ **Conversa sobre o tempo em encontro casual?** Fática.

## ✳ Mapa mental

### Funções da linguagem

**Referencial**
- Foco: referente
- 3ª pessoa, objetividade

**Emotiva**
- Foco: emissor
- 1ª pessoa, subjetividade

**Conativa**
- Foco: receptor
- Vocativo, imperativo, persuasão

**Fática**
- Foco: canal
- Abrir ou testar o contato

**Metalinguística**
- Foco: código
- Língua explicando a língua

**Poética**
- Foco: mensagem
- Ritmo, rima, figuras

**Distinções**
- Discutir língua objetivamente: referencial
- Pergunte qual função predomina

**⚠ Pegadinha**
- Vocativo é fático → errado (conativo)

## ◧ Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

| | |
|---|---|
| Elementos da comunicação × funções da linguagem (Jakobson). | Referente → **referencial** (informar, denotativa); emissor → **emotiva**; receptor → **conativa** (vocativo, imperativo, persuasão); canal → **fática** ("Alô", "Consegue me ouvir?", "Esfriou, né?"); código → **metalinguística** (língua explicando a língua); mensagem → **poética** (forma, ritmo, figuras). Predomina a do elemento em foco. |
| Pegadinhas de funções da linguagem: vocativo, poema, texto sobre língua, desabafo em 1.ª pessoa. | Vocativo ("meu bem") → **conativa**, não fática. Poema → **poética** predominante (não "emotiva" só por haver emoção). Texto que discute tema linguístico de forma objetiva → **referencial** (não metalinguística). Narrador em 1.ª pessoa desabafando → **emotiva** (não referencial). Projeto de lei em tramitação não "estabelece regra a que todos devem obedecer". |
| Funções emotiva e conativa: como se reconhecem? | **Emotiva:** foco no **emissor**, **1ª pessoa**, subjetividade ("Estou triste"). **Conativa (apelativa):** foco no **receptor**, **imperativo, vocativo** ("Compre já!"). |
| Função fática: quando ocorre? | Foco no **canal**: testar ou manter o contato ("Alô?", "Está me ouvindo?", "Né?"). Serve para **abrir, manter ou encerrar** a comunicação. |
| Função metalinguística: o que a caracteriza? | Foco no **código**: a linguagem **fala dela mesma** (dicionário, gramática, poema sobre poesia, texto sobre a língua). |

| | |
|---|---|
| Função poética: o que a caracteriza? | Foco na **mensagem**: **cuidado com a forma**, ritmo, sonoridade, figuras e arranjo das palavras; não ocorre só em poemas (slogans e letras de música também). |
| Função conativa | A função conativa volta-se ao receptor e usa vocativo e imperativo, como em "Motorista, use o cinto!". A fática (E) apenas testa ou mantém o contato com o interlocutor. |
| Função metalinguística | A função metalinguística centra-se no código, com a língua explicando a língua, como em dicionários. A referencial (C) informa sobre um assunto, sem tomar a própria língua por objeto. |

## ? Questões

gabarito comentado na p. 29

**1** INÉDITA FAROL

No enunciado "Motorista, use o cinto!", predomina a função da linguagem denominada

(A) referencial.
(B) emotiva.
(C) metalinguística.
(D) conativa.
(E) fática.

**2** INÉDITA FAROL

A definição "Rodovia: estrada de rodagem", em que a língua explica a própria língua, exemplifica a função

(A) metalinguística.
(B) poética.
(C) referencial.
(D) conativa.
(E) emotiva.

**3** INÉDITA FAROL

No texto "Venha conhecer o novo atendimento digital! Agende já o seu horário pelo aplicativo.", predomina a função da linguagem:

(A) referencial.
(B) emotiva.
(C) metalinguística.
(D) fática.
(E) apelativa.

1.2 ITEM 1 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

# Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

**Tópico online**
podcast, revisão e atualizações

**21 questões online**
corrigidas na hora

## Resumo

O item de compreensão pergunta se o texto autoriza a afirmação, e não o que o candidato sabe do assunto. Resolve-se comparando o enunciado com um trecho localizável.

- **Comando do item:** define se a resposta está escrita no texto ou precisa ser deduzida dele.
- **Paráfrase fiel:** mesma ideia com outras palavras é item certo.
- **Implícitos:** o pressuposto decorre de uma palavra do texto; a inferência, de dedução necessária.
- **Erros típicos:** extrapolação, redução e contradição.
- **Vozes:** a opinião citada ou refutada não é, só por isso, a do autor.
- **Ironia:** o sentido pretendido é o contrário do literal.

## Entenda

### O comando do item

- **"O texto afirma", "segundo o texto", "de acordo com o texto":** informação explícita, literal ou em paráfrase fiel.
- **"Infere-se", "depreende-se", "conclui-se":** informação implícita, mas necessária: dedução sem acréscimo.
- **"Sugere", "permite supor":** leitura mais aberta, ainda presa ao texto.

> *Ex.: o texto diz que a transferência da polícia para o governo da cidade significou passar da caça aos criminosos à prevenção dos crimes. O item que chama isso de "mudança de paradigma no papel da polícia" está certo: é paráfrase.*

### Método: localizar e comparar

1. Localize no texto o trecho de que o item trata.
2. Compare palavra por palavra: quantificadores (*todos, alguns, apenas*), modalizadores (*talvez, certamente*), sujeito da ação e tempo verbal.
3. Pergunte: o texto diz isso, permite deduzir isso, ou eu sei isso por fora? Só as duas primeiras respostas tornam o item certo.

> *Ex.: o texto diz que só é planeta o corpo celeste que "não seja um satélite natural, como a Lua". O item "não é impróprio denominar a Lua de planeta" está errado: basta localizar o trecho.*

### Pressuposto

> Pressuposto é a informação implícita que uma palavra do texto obriga a aceitar. Marcas comuns: *apenas, só, ainda, já, também, continua, passou a, deixou de*. Se a marca está no texto, o pressuposto é verdadeiro.

- *Ele **ainda** dirige sem habilitação.* → já dirigia sem habilitação antes.

- *A corporação* ***passou a*** *priorizar a prevenção.* → antes não priorizava.

> *Ex.: "A opção não se coloca apenas na esfera de temas polêmicos que atraem os holofotes da mídia." Pressupõe-se que há temas polêmicos que não atraem a mídia. Item certo.*

### Inferência

A inferência válida é a que o texto torna necessária. Ela costuma vir em termos modestos (*está associado a, provavelmente*). A inferência falsa costuma vir em termos fortes (*deveu-se a, é a principal causa, conclui-se que sempre*).

> *Ex.: "o homem da luz já deve ter se transferido para o mundo das trevas eternas". É correto inferir que o funcionário provavelmente já morreu: a expressão é eufemismo de morte, e "deve ter" indica probabilidade.*

### Extrapolação

Extrapolar é acrescentar ao texto um dado que ele não traz: causa, comparação, superlativo, nacionalidade, intenção, continuidade no tempo. É o erro mais frequente.

- O texto diz que o uso de *deepfakes* cresceu 830%. O item diz que esses crimes "são os que mais crescem no Brasil". **Errado:** o texto não compara.
- O texto diz que o sobrenome do autor é "sonoro, hispânico". O item diz que o autor é espanhol. **Errado.**

> *Ex.: o texto informa que, no Império, os deputados eram eleitos por maioria relativa. O item que afirma que o Brasil adota esse sistema "sem interrupções, desde o Império" extrapola.*

### Causa inventada e correlação

> O texto relaciona dois fatos; o item transforma a relação em causa. "Relacionado a" não é "causado por". Confira se há no texto um conector de causa (*porque, devido a, em razão de*).

> *Ex.: o texto diz que, nas sociedades tribais, o trabalho está integrado às outras atividades e que um autor as chamou de "sociedades de abundância". O item "devido à abundância de recursos, os indivíduos não separam trabalho e lazer" está errado: a causa não está no texto.*

### Contradição e redução

Na contradição, o item diz o oposto do texto, às vezes trocando uma única palavra. Na redução, toma a parte pelo todo, ou eleva um exemplo a tema.

- O texto diz que a violência física estava "em declínio". O item atribui o monopólio estatal da força a "índices insustentáveis de violência". **Errado.**
- O texto diz que "a separação de classes não é rígida como a que existe entre as castas". O item diz que a casta é menos rigorosa. **Errado.**

> *Ex.: palavras absolutas no item ("sempre", "nunca", "apenas", "qualquer") pedem prova absoluta no texto.*

### Item longo com final falso

A banca repete o texto em três quartos do item e acrescenta, na última oração, um juízo ou uma explicação que não está lá. Leia o item até o fim; o erro costuma estar depois da última vírgula.

> *Ex.: o item descreve corretamente a tese de dois autores sobre a ficção e termina com "em oposição explícita à visão comum nos meios acadêmicos". O texto não menciona essa visão. Errado.*

### Ironia e sentido figurado

Na ironia, o autor diz o contrário do que pensa. Sinais: pergunta retórica, aspas, exagero, elogio descabido. O item que lê o elogio ao pé da letra está errado. Eufemismo e metáfora também pedem leitura não literal.

> *Ex.: texto elogia as bombas "limpas" e termina com "Trata-se, portanto, de uma fabulosa conquista, não?". A pergunta retórica marca a crítica; o item que atribui ao autor "visão positiva" das bombas está errado.*

### Tema, tese e vozes do texto

> Tema é o assunto; tese é a posição do autor; argumentos a sustentam. Os tipos mais comuns: autoridade, dados, exemplo, comparação, causa e consequência, contra-argumentação. A voz introduzida por *segundo, para, de acordo com*, ou entre aspas, é de outro. O autor pode adotá-la ou refutá-la; o contexto mostra qual.

- **Adota:** os autores apresentam um estudioso como "autoridade" no assunto e usam sua explicação. Infere-se que a corroboram.
- **Refuta:** "Ao contrário do que sempre se escuta, os motivos de hilaridade quase não mudaram." O autor trata a ideia corrente como equivocada.

> *Ex.: o item que atribui ao autor do texto a opinião de um pensador apenas citado, ou o inverso, troca o sujeito da opinião.*

### Vocabulário e paralelismo no contexto

O sentido de uma palavra se fecha no contexto. Em estrutura paralela, o termo retoma o par correspondente. Oração que repete a ideia anterior é redundante, com valor de ênfase.

- "homens e mulheres, pequenos e grandes" retoma "homens e mulheres, adultos e jovens": refere-se a idade, e não a tamanho.
- "são completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra": a segunda oração reforça a primeira.

> *Ex.: "não haverá o dogma do PPI". Dogma é doutrina indiscutível; o item que diz que o PPI não deve ser visto como doutrina indiscutível está certo.*

## Quadro

| Erro do item | Sinal | Como conferir |
|---|---|---|
| Extrapolação | dado, comparação ou superlativo novo | procurar o dado no texto |
| Causa inventada | "devido a", "porque" ausentes no texto | procurar o conector de causa |
| Contradição | palavra trocada pelo oposto | reler o trecho exato |
| Redução | "apenas", "somente", exemplo como tema | verificar o que mais o texto diz |
| Leitura literal de ironia | elogio estranho ao tom do texto | procurar pergunta retórica, aspas, exagero |
| Troca de voz | opinião do citado atribuída ao autor | ver quem fala: "segundo", aspas |

## Como a banca cobra

- "Infere-se que o autor do texto é espanhol." → **errado** (o texto só diz que o sobrenome é hispânico).
- "Conclui-se que o monopólio da violência pelo Estado deveu-se aos índices insustentáveis de violência." → **errado** (o texto diz que a violência estava em declínio).
- "Infere-se que nem todos os temas polêmicos recebem a atenção dos meios de comunicação." → **certo** (pressuposto marcado por "apenas" e pela oração restritiva).
- "De acordo com o texto, os crimes com *deepfake* são os que mais crescem no Brasil." → **errado** (superlativo que o texto não traz).
- "A oração 'nenhuma letra se igualando a outra' é redundante em relação à anterior, servindo para reforçar-lhe o sentido." → **certo**.
- "Infere-se que 'boêmios e vampiros' diferem biologicamente dos seres humanos em geral." → **errado** (o texto fala de hábito).
- **Detalhe que derruba o item:** um conector de causa que o texto não tem, um quantificador ou superlativo exagerado, ou a leitura literal de trecho irônico.

## Revisão rápida

- ☐ **O que o item de compreensão pergunta?** Se o texto autoriza a afirmação.
- ☐ **"Infere-se" admite acréscimo?** Não; só dedução necessária.
- ☐ **De onde nasce o pressuposto?** De uma marca do texto: "apenas", "ainda", "passou a".
- ☐ **Qual o erro mais comum?** Extrapolação: dado, causa ou comparação que o texto não traz.
- ☐ **Correlação é causa?** Não; "relacionado a" não é "causado por".
- ☐ **Como ler um elogio seguido de pergunta retórica?** Como ironia.
- ☐ **A opinião citada é a do autor?** Só se o texto mostrar que ele a adota.
- ☐ **Onde costuma estar o erro do item longo?** Na última oração.

## Mapa mental

### Interpretação e inferência

**O que vale**
- O que o texto autoriza
- Não o que você sabe

**Tipos de item**
- "Afirma": explícito ou paráfrase
- "Infere-se": dedução necessária
- Pressuposto: marca linguística

**Erros típicos**
- Extrapolação: acrescenta
- Redução: parte pelo todo
- Contradição: inverte

**Vozes do texto**
- Tese do autor × voz citada
- Ironia diz o contrário

**Sinais de alerta**
- Correlação não é causa
- Absolutos pedem prova absoluta
- Inferência certa costuma ser modesta

**Método**
- Localizar o trecho
- Comparar palavra por palavra

**⚠ Pegadinha**
- Juízo acrescentado no fim do item → errado

## Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

| | |
|---|---|
| No padrão Cebraspe, qual a diferença entre um item que diz "o texto afirma que X" e um que diz "infere-se que X"? | "Afirma que" exige **comprovação literal** no texto; "infere-se" permite **dedução lógica**, mas sem extrapolar o que está escrito. |
| Item de compreensão: quando a paráfrase é Certa e quando há contradição? | **Paráfrase fiel** (mesma ideia com outras palavras, inclusive opinião corretamente atribuída a autor citado) → **Certo**. **Contradição** = o item diz o **oposto** do texto. Se o trecho **confirma** a ideia, afirmar que a "contradiz" é Errado. |
| Como tratar um elogio num texto que termina com pergunta retórica ("Trata-se de uma fabulosa conquista, não?")? | É **ironia**: o sentido pretendido é o **oposto** do literal. Pergunta retórica, aspas e exagero sinalizam ironia. Pegadinha: item que lê o elogio ao pé da letra ("visão positiva") → Errado. |
| Uma expressão pode ter seu sentido definido pelo paralelismo com um par anterior do texto? | **Sim.** Em estruturas paralelas, o termo **retoma o par correspondente** ("homens e mulheres, **pequenos e grandes**" = "adultos e jovens" → faixa etária, não tamanho). |
| Para o Cebraspe, é correto dizer que uma oração "é redundante, servindo para reforçar" a anterior? | **Sim**, quando ela **repete a ideia anterior** com valor **enfático** ("completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra"). |

| | |
|---|---|
| Extrapolação: o que torna Errado um item de compreensão que "completa" o texto? | O item acrescenta dado, comparação ou generalização que o texto **não** traz: superlativo ("os que mais crescem", "o maior retorno"), continuidade ("sem interrupções, desde o Império"), um opositor inventado ("visão comum nos meios acadêmicos"), um detalhe a mais ("diversos tipos de carretas"). Teste: localizar no texto a base de CADA parte do item; se uma parte não tem base → Errado. |
| Extrapolação: o que torna Errado um item de compreensão que "completa" o texto? | O item acrescenta dado, comparação ou generalização que o texto **não** traz: superlativo ("os que mais crescem", "o maior retorno"), continuidade ("sem interrupções, desde o Império"), um opositor inventado ("visão comum nos meios acadêmicos"), um detalhe a mais ("diversos tipos de carretas"). Teste: localizar no texto a base de CADA parte do item; se uma parte não tem base → Errado. |
| No padrão Cebraspe, qual a diferença entre um item que diz "o texto afirma que X" e um que diz "infere-se que X"? | "Afirma que" exige **comprovação literal** no texto; "infere-se" permite **dedução lógica**, mas sem extrapolar o que está escrito. |

## ? Questões

gabarito comentado na p. 29

**4**

INÉDITA FAROL

O trânsito seguro não depende apenas de boas estradas. Depende, sobretudo, de comportamentos: respeitar limites de velocidade, não dirigir depois de beber e usar o cinto de segurança são atitudes simples que, somadas, salvam milhares de vidas por ano. Campanhas educativas ajudam, mas a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos.

No texto, a expressão "sobretudo" (segunda frase) introduz uma ideia de

(A) oposição ao que foi dito antes.

(B) ênfase, destacando o fator mais importante.

(C) conclusão do raciocínio.

(D) tempo, indicando quando algo ocorre.

(E) condição para que algo aconteça.

**5**

INÉDITA FAROL

Ao contrário do que muitos imaginam, o servidor que atende o público não é um mero repassador de informações. Ele traduz normas, orienta caminhos e, muitas vezes, é o único rosto do Estado que o cidadão conhece. Por isso, a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço.

Infere-se do texto que o atendimento cortês ao cidadão

(A) é uma gentileza opcional do servidor.
(B) dispensa o conhecimento das normas.
(C) integra o próprio serviço público prestado.
(D) só é exigido de servidores em cargo de chefia.
(E) substitui a orientação técnica ao cidadão.

**6**

INÉDITA FAROL

Desde que o órgão adotou o trabalho remoto parcial, o número de processos concluídos por servidor aumentou. A chefia, no entanto, observa que a comunicação entre as equipes ficou mais lenta e que os servidores recém-chegados têm mais dificuldade para aprender a rotina do setor. Por isso, estuda manter dois dias presenciais por semana, sem abandonar o modelo remoto nos demais dias.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que a adoção de dias presenciais visa principalmente:

(A) aumentar o número de processos concluídos, que caiu com o trabalho remoto.
(B) extinguir o trabalho remoto no órgão.
(C) reduzir os problemas de comunicação entre as equipes e de aprendizagem dos novos servidores.
(D) punir os servidores que tiveram baixa produtividade.
(E) reduzir os custos com energia e estrutura física.

**7**

INÉDITA FAROL

Há quem veja na tecnologia a solução definitiva para a burocracia. Formulários eletrônicos, assinaturas digitais e atendimentos por aplicativo de fato encurtaram filas e reduziram o papel nas repartições. Seria ingênuo, contudo, supor que a máquina resolve sozinha o que é, no fundo, um problema de organização. Um processo mal desenhado continua lento, ainda que tramite em tela; uma exigência inútil continua inútil, mesmo quando pedida por e-mail. Digitalizar o atraso é apenas torná-lo mais rápido de reproduzir. A verdadeira modernização começa antes do computador: na pergunta, feita com honestidade, sobre por que cada etapa existe.

Texto autoral para fins didáticos.

A ideia central defendida no texto é a de que:

(A) a tecnologia só moderniza de fato a administração quando acompanhada da revisão dos processos e das exigências.
(B) a tecnologia é inútil para reduzir a burocracia.
(C) os formulários devem ser abolidos das repartições.
(D) a burocracia já foi eliminada pelos atendimentos por aplicativo.
(E) o e-mail deve substituir todos os atendimentos presenciais.

**8**

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Do último período do texto, infere-se que, na visão dos autores do estudo:

(A) os pedestres são os culpados pelos atropelamentos.

(B) as rodovias devem ser fechadas aos pedestres.

(C) os motoristas não precisam de nenhuma medida de segurança.

(D) a engenharia viária tem privilegiado os motoristas em detrimento dos pedestres.

(E) a iluminação é desnecessária nos trechos urbanos.

**9**

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho “a firmeza não depende da rispidez”, o autor defende que:

(A) o servidor deve ceder a todas as exigências do cidadão.

(B) o servidor deve evitar qualquer limite no atendimento.

(C) a rispidez é necessária para manter a autoridade.

(D) a firmeza prejudica o atendimento.

(E) é possível manter a posição e os limites sem ser grosseiro.

**10**

INÉDITA FAROL

Durante anos, o trecho da serra foi conhecido como o mais perigoso da região. As curvas fechadas, a neblina frequente e o acostamento estreito somavam-se à pressa de quem queria vencer a subida antes do anoitecer. Nos últimos tempos, porém, os registros de acidentes caíram de forma expressiva. Não houve obra de duplicação nem mudança no traçado: o que mudou foi a combinação de sinalização mais visível, radares nos pontos críticos e fiscalização frequente nos fins de semana. Os motoristas que antes reclamavam das abordagens passaram a reconhecer que a viagem ficou mais tranquila. O caso sugere que nem toda solução para a segurança viária depende de grandes investimentos em engenharia; às vezes, o resultado vem de medidas simples, aplicadas com constância.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a redução dos acidentes no trecho da serra deve-se principalmente:

(A) à duplicação da pista e à correção das curvas fechadas.

(B) ao fim da neblina, por mudanças no clima da região.

(C) à diminuição do número de veículos que passam pelo trecho.

(D) a um conjunto de medidas simples aplicadas com regularidade, sem alteração da estrutura da via.

(E) à proibição do tráfego nos fins de semana.

**11**

INÉDITA FAROL

Quem entra hoje em uma repartição pública raramente vê as pilhas de processos que, há algumas décadas, ocupavam mesas e corredores. A digitalização mudou a paisagem, mas não eliminou o trabalho de organizar. Um documento eletrônico mal classificado se perde com a mesma facilidade de uma folha esquecida em uma gaveta — com a diferença de que ninguém tropeça nele. Por isso, os arquivistas insistem em que tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível. Sistemas modernos ajudam a registrar, localizar e controlar prazos, desde que alguém tenha decidido antes o que guardar, por quanto tempo e por quê. A pergunta, portanto, continua a mesma de sempre: não é onde guardar, mas como encontrar.

Texto autoral para fins didáticos.

A ideia central do texto é a de que:

(A) a digitalização tornou o trabalho dos arquivistas desnecessário.

(B) os documentos em papel se perdem com mais facilidade que os eletrônicos.

(C) a digitalização não dispensa a organização metódica dos documentos.

(D) os sistemas modernos decidem sozinhos o que guardar e por quanto tempo.

(E) as repartições públicas ainda acumulam pilhas de processos nos corredores.

**12**

INÉDITA FAROL

O trânsito seguro não depende apenas de boas estradas. Depende, sobretudo, de comportamentos: respeitar limites de velocidade, não dirigir depois de beber e usar o cinto de segurança são atitudes simples que, somadas, salvam milhares de vidas por ano. Campanhas educativas ajudam, mas a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos.

De acordo com o texto, a mudança de comportamento no trânsito se consolida quando

(A) a fiscalização é constante e a regra vale para todos.

(B) as estradas são reformadas e ampliadas.

(C) as campanhas educativas substituem a fiscalização.

(D) os motoristas deixam de usar o cinto de segurança.

(E) os limites de velocidade são aumentados.

**13**

INÉDITA FAROL

A implantação do protocolo digital mudou a rotina do setor. Antes, o cidadão precisava comparecer pessoalmente, enfrentar fila e voltar dias depois para saber o andamento do pedido. Hoje, o requerimento é enviado pela internet e cada etapa fica registrada no sistema, o que permite acompanhar o processo de casa. A mudança, porém, exigiu treinamento dos servidores e não eliminou o atendimento presencial, mantido para quem não tem acesso à rede.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a implantação do protocolo digital:

(A) permitiu acompanhar o andamento dos pedidos sem ir ao órgão, embora o atendimento presencial tenha sido mantido.

(B) eliminou o atendimento presencial, substituído pelo envio dos pedidos pela internet.

(C) dispensou o treinamento dos servidores, por ser um sistema simples.

(D) aumentou as filas, pois os cidadãos passaram a voltar mais vezes ao setor.

(E) restringiu os requerimentos a quem tem acesso à internet.

**14**

INÉDITA FAROL

O acostamento existe para emergências, mas, nas rodovias brasileiras, transformou-se em faixa extra para quem não tolera esperar. Nos feriados, quando o fluxo de veículos dobra, motoristas impacientes avançam pela lateral da pista e criam um risco que ultrapassa o próprio veículo: obrigam ambulâncias a disputar espaço, surpreendem ciclistas e pedestres e, não raro, provocam colisões ao retornar à faixa de rolamento. A fiscalização eletrônica ajuda a coibir a prática, porém não a elimina. Especialistas lembram que a regra só se torna hábito quando o condutor entende que o acostamento livre pode ser, amanhã, o caminho do socorro que ele próprio vai esperar.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, o uso indevido do acostamento:

(A) põe em risco não só o próprio motorista, mas também socorristas, ciclistas e pedestres.

(B) é totalmente eliminado pela fiscalização eletrônica.

(C) ocorre apenas nos dias úteis, quando o fluxo é menor.

(D) é recomendado pelos especialistas em casos de congestionamento.

(E) não provoca colisões, pois o acostamento é largo.

**15**

INÉDITA FAROL

Dona Lurdes chegou ao balcão às sete e meia, meia hora antes de a repartição abrir. Trazia numa sacola plástica todos os papéis que juntara em quarenta anos de trabalho: carteiras, recibos, um contracheque amarelado. Queria a aposentadoria e não confiava em computadores. O servidor que a atendeu poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos. Saíram de lá, os dois, com o pedido protocolado e uma lição que nenhum treinamento ensina: atender bem é, antes de tudo, não ter pressa com quem esperou a vida inteira.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que o servidor:

(A) adaptou o atendimento à necessidade da usuária, em vez de apenas indicar o aplicativo.

(B) recusou-se a atender Dona Lurdes antes do horário de abertura.

(C) exigiu que Dona Lurdes fizesse o pedido pelo aplicativo.

(D) considerou desnecessários os documentos trazidos na sacola.

(E) estava participando de um treinamento sobre atendimento.

**16**

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Segundo o texto, os atropelamentos em rodovias federais concentram-se:

A) no período noturno e nos trechos urbanos.

B) nas manhãs de fim de semana.

C) nos trechos rurais e desertos.

D) nas proximidades de postos de fiscalização.

E) durante o dia, em pistas duplicadas.

**17**

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a atitude mais eficaz diante de um cidadão irritado é:

A) ouvir até o fim, repetir com calma o pedido e explicar com clareza o que pode ou não ser feito.

B) responder no mesmo tom, para impor respeito.

C) ler o regulamento em voz alta.

D) encaminhá-lo imediatamente à chefia.

E) encerrar o atendimento até que ele se acalme.

**18**

INÉDITA FAROL

Na estrada que liga a cidade ao litoral, há um posto da polícia rodoviária que conheço desde menino. Meu pai parava ali para perguntar sobre a serra, e o agente, sempre o mesmo, respondia sem pressa, apontando no mapa os trechos de neblina. Hoje os celulares avisam tudo, e ninguém mais desce do carro para perguntar. Ainda assim, quando passo por lá, reduzo a velocidade por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que o narrador:

(A) mantém o hábito de reduzir a velocidade ao passar pelo posto, por lembrança afetiva do passado.

(B) para no posto todos os dias para pedir informações.

(C) considera os celulares inúteis na estrada.

(D) trabalha como agente rodoviário naquele posto.

(E) nunca conheceu o agente que atendia seu pai.

**19**

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

De acordo com o texto, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa.

(C) Certo (E) Errado

**20**

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

Entende-se da leitura do texto que a criatividade é fruto da combinação entre os pensamentos convergente e divergente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

**21**

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

O autor do texto argumenta contra a proposta de J. P. Guilford sobre o raciocínio humano.

(C) Certo (E) Errado

**22**

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

No texto, o pensamento convergente é apresentado como mais complexo para os seres humanos que o divergente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

**23**

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Segundo o texto, a IA generativa tem crescido de forma exponencial, assim como a adoção de medidas de segurança cibernética.

(C) Certo (E) Errado

**24**

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Conclui-se do texto que o Brasil lidera o ranking mundial de fraudes cometidas em ambiente virtual baseadas na utilização de imagens de pessoas famosas e celebridades.

(C) Certo (E) Errado

# Gabarito comentado · Língua Portuguesa

1 D 2 A 3 E 4 B 5 C 6 C 7 A 8 D 9 E 10 D 11 C 12 A 13 A 14 A 15 A 16 A 17 A 18 A 19 C 20 E 21 E 22 E 23 E 24 E

**1** **D** Elementos da comunicação e funções da linguagem

A função conativa volta-se ao receptor e usa vocativo e imperativo, como em "Motorista, use o cinto!". A fática (E) apenas testa ou mantém o contato com o interlocutor.

**2** **A** Elementos da comunicação e funções da linguagem

A função metalinguística centra-se no código, com a língua explicando a língua, como em dicionários. A referencial (C) informa sobre um assunto, sem tomar a própria língua por objeto.

**3** **E** Elementos da comunicação e funções da linguagem

Os verbos no imperativo ("Venha", "Agende") e o foco no leitor ("o seu horário") buscam convencê-lo a agir: função apelativa ou conativa, típica da publicidade. A referencial (A) informa de modo objetivo; a emotiva (B) expressa sentimentos do emissor; a metalinguística (C) explica o próprio código; a fática (D) testa ou mantém o canal ("alô", "entendeu?").

**4** **B** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

"Sobretudo" equivale a "principalmente": destaca os comportamentos como o fator mais importante, depois de dizer que boas estradas não bastam. Não há oposição, conclusão, tempo ou condição.

**5** **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto conclui: "a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço". Logo, ela integra o serviço; não é opcional (A) nem substitui a orientação (E).

**6** **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O "Por isso" liga a proposta aos problemas citados no período anterior: comunicação mais lenta e dificuldade dos recém-chegados. A produtividade aumentou com o trabalho remoto, e não caiu (A). O modelo remoto continua nos demais dias (B). Punição (D) e custos (E) não são mencionados.

**7** **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto reconhece os ganhos da tecnologia ("de fato encurtaram filas"), mas sustenta que ela não resolve "sozinha" um problema de organização: a modernização "começa antes do computador", ao questionar por que cada etapa existe. Ele não diz que a tecnologia é inútil (B), não propõe abolir formulários (C) nem afirma que a burocracia acabou (D).

**8** **D** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Dizer que a engenharia "precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige" pressupõe que hoje ela olha sobretudo para o motorista. O texto atribui o risco à falta de estrutura, e não culpa os pedestres (A), e defende a iluminação (E).

**9** **E** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Firmeza (manter limites) e rispidez (aspereza) são separadas: dá para ser firme sem ser grosseiro. O último período reforça isso: "Não se trata de aceitar desaforos", o que exclui (A) e (B).

**10** **D** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que "não houve obra de duplicação nem mudança no traçado" e atribui a queda à combinação de sinalização, radares e fiscalização frequente, "medidas simples, aplicadas com constância". A duplicação é expressamente negada (A); clima (B) e volume de veículos (C) não são mencionados como causa; nos fins de semana houve fiscalização, não proibição de tráfego (E).

**11** **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que a digitalização "não eliminou o trabalho de organizar" e que "tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível". O trabalho de organizar continua necessário (A); o texto iguala a facilidade de perda ("com a mesma facilidade"), não a compara a favor do eletrônico (B); os sistemas ajudam "desde que alguém tenha decidido antes" (D); as pilhas são cena de algumas décadas atrás (E).

**12** **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O último período afirma que "a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos". As campanhas apenas "ajudam" (A está errada), e o texto diz que o trânsito seguro não depende apenas de boas estradas (B).

**13** **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto diz que cada etapa fica registrada no sistema, "o que permite acompanhar o processo de casa", e que o atendimento presencial foi "mantido para quem não tem acesso à rede". Isso contradiz (B) e (E). A mudança "exigiu treinamento dos servidores" (C). As filas e o retorno ao setor são descritos como coisa do passado (D).

**14** **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto diz que o motorista cria "um risco que ultrapassa o próprio veículo" e lista ambulâncias, ciclistas, pedestres e colisões. A fiscalização "não a elimina" (B). A prática é citada nos feriados (C). Os especialistas defendem o acostamento livre (D). O texto menciona colisões (E).

**15** **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O servidor "poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos": ajustou o atendimento a quem "não confiava em computadores". Isso contraria (C) e (D). O texto não fala em recusa (B) e afirma que a lição não vem de treinamento (E).

**16** **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O primeiro período diz que os atropelamentos “se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros”. As demais alternativas não têm apoio no texto.

**17** **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que ouvir, repetir com calma e explicar com clareza “costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta”. Responder no mesmo tom (B) é a “tentação” a ser evitada, e o regulamento lido em voz alta (C) é apresentado como menos eficaz.

**18** **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O narrador reduz a velocidade “por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está”: o gesto é memória afetiva. Ele diz que “ninguém mais desce do carro” (B) e não critica os celulares (C). O texto não diz que ele é agente (D), e o agente era “sempre o mesmo”, conhecido da família (E).

**19** **Certo** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolaç...

Certo. O primeiro parágrafo afirma que a criatividade "parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões" — ou seja, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa, ideia que o autor contesta a seguir ("Isso não é verdade").

**20** **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. Segundo o texto, Guilford sustenta que "a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente"; o texto não diz que ela resulta da combinação dos pensamentos convergente e divergente.

**21** **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O autor apenas expõe a proposta de Guilford e ainda informa que "essa explicação é a mais aceita pelos cientistas"; não há argumentação contra ela.

**22** **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto não compara a complexidade dos dois raciocínios para os seres humanos: descreve o convergente como estruturado (uma única solução) e o divergente como "mais fluido e caótico".

**23** **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto afirma que a IA generativa "cresce exponencialmente" e que essa expansão torna "essencial a adoção de medidas preventivas"; não diz que a adoção de medidas de segurança cresce no mesmo ritmo.

**24** **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto diz que imagens de famosos "são muito utilizadas por criminosos" e que o uso de deepfakes cresceu 830% no Brasil; não afirma que o Brasil lidera algum ranking mundial de fraudes.



11

# Direito Administrativo

2 tópicos · 13 questões no caderno · 13 online

11.1 Princípios expressos e implícitos da Administração Pública ● 32
11.2 Poder de polícia ● 40

● prioridade alta no edital

11.1 ITEM 8.2 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

# Princípios expressos e implícitos da Administração Pública

**Tópico online**
podcast, revisão e atualizações

**Videoaula**
aula completa no YouTube

**9 questões online**
corrigidas na hora

## Resumo

O regime jurídico-administrativo combina prerrogativas e sujeições. As prerrogativas vêm da supremacia do interesse público; as sujeições, da indisponibilidade desse interesse.

- **Expressos na CF (art. 37, caput):** legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (LIMPE).
- **Eficiência:** entrou no caput pela EC nº 19/1998.
- **Abrangência:** administração direta e indireta de todos os Poderes e de todos os entes.
- **Implícitos na CF:** supremacia e indisponibilidade do interesse público, razoabilidade, proporcionalidade, autotutela, segurança jurídica, continuidade do serviço público.
- **Expressos em lei:** a Lei nº 9.784/1999 (art. 2º) traz finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica, entre outros.
- **Nenhum princípio é absoluto:** a supremacia do interesse público convive com os direitos fundamentais.

## Entenda

### Regime jurídico-administrativo

É o conjunto de prerrogativas e sujeições que põe a Administração em posição própria, de direito público. A supremacia do interesse público fundamenta as prerrogativas (autoexecutoriedade, cláusulas exorbitantes, desapropriação). A indisponibilidade fundamenta as sujeições (concurso, licitação, prestação de contas). "Regime jurídico da Administração" é expressão mais ampla: inclui também as relações de direito privado de que a Administração participa.

> *Ex.: ao alugar um imóvel de particular, a União atua sob regime predominantemente privado; ao desapropriá-lo, usa uma prerrogativa do regime jurídico-administrativo.*

### Supremacia do interesse público

O interesse coletivo prevalece sobre o individual, mas dentro da lei: a prerrogativa só existe nos limites que o ordenamento fixa. A supremacia não é absoluta. Em certas situações, o direito do administrado prevalece (direito adquirido, coisa julgada, devido processo legal).

> *Ex.: a Administração não pode ocupar um imóvel particular "porque o interesse coletivo exige" sem lei que a autorize e sem o procedimento previsto.*

### Indisponibilidade do interesse público

O administrador gere interesse alheio. Não renuncia, por iniciativa própria, a poderes, bens, recursos ou direitos da coletividade; só a lei pode dispor deles. Daí vêm as sujeições: concurso público (CF, art. 37, II), licitação (art. 37, XXI), motivação e prestação de contas.

> *Ex.: o gestor não pode abrir mão de recursos destinados a bens e serviços da coletividade nem perdoar uma multa sem lei que autorize.*

### Legalidade

A Administração só faz o que a lei autoriza; o particular faz tudo o que a lei não proíbe (CF, art. 5º, II). Legalidade estrita não significa que só valham princípios escritos em lei: os implícitos também vinculam a Administração.

> *Ex.: sem lei que preveja a gratificação, o chefe não pode concedê-la, ainda que o servidor mereça.*

### Impessoalidade

Tem três faces. **Finalidade:** o ato busca o interesse público, não beneficiar nem prejudicar alguém. **Isonomia:** tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais, na medida da desigualdade (igualdade material). **Imputação:** o ato é do órgão, não do agente; por isso a publicidade oficial não pode trazer nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (CF, art. 37, § 1º).

> *Ex.: placa de obra com nome e foto do prefeito viola a impessoalidade. Reserva de vagas em concurso e prioridade a idosos não violam: são tratamento desigual a desiguais.*

### Moralidade

Exige ética, boa-fé e probidade, além do cumprimento da lei. É autônoma: um ato pode ser legal na forma e, ainda assim, imoral. A Súmula Vinculante 13 veda o nepotismo com base direta na moralidade e na impessoalidade, sem depender de lei específica.

> *Ex.: nomear o cônjuge da autoridade para cargo em comissão no mesmo órgão é inválido, mesmo que nenhuma lei local proíba.*

### Publicidade

Dá transparência e é condição de eficácia dos atos que produzem efeitos externos. O sigilo é exceção, admitida quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (CF, art. 5º, XXXIII) ou para proteger a intimidade.

> *Ex.: o resultado do concurso só produz efeitos depois de publicado no Diário Oficial.*

### Eficiência

Atuação com presteza, perfeição e rendimento funcional, com economicidade. Foi incluída no caput do art. 37 pela EC nº 19/1998; não estava no texto original de 1988.

> *Ex.: a avaliação periódica de desempenho do servidor estável (CF, art. 41, § 1º, III) é instrumento da eficiência.*

### Razoabilidade e proporcionalidade

Mandam agir com prudência, moderação e bom senso, dentro de limites aceitáveis, com adequação entre meios e fins. São implícitas na CF e expressas na Lei nº 9.784/1999 (art. 2º), que veda obrigações, restrições e sanções em medida superior à estritamente necessária ao interesse público (art. 2º, parágrafo único, VI).

> *Ex.: aplicar a multa máxima por um dia de atraso na entrega de um formulário é desproporcional.*

### Segurança jurídica e proteção da confiança

A segurança jurídica garante a estabilidade das relações. Por ela, a nova interpretação de uma norma não retroage (Lei nº 9.784/1999, art. 2º, parágrafo único, XIII). Sua face subjetiva é a proteção da confiança legítima, que pressupõe a boa-fé do administrado e proíbe o comportamento contraditório do poder público.

> *Ex.: o órgão orienta por escrito que certa despesa é reembolsável e, depois, cobra a devolução de quem seguiu a orientação de boa-fé. A cobrança frustra a confiança legítima.*

### Motivação

A Administração indica os pressupostos de fato e de direito que determinam a decisão (Lei nº 9.784/1999, art. 2º, parágrafo único, VII). A motivação é explícita, clara e congruente, sem forma específica, e pode consistir em declaração de concordância com parecer anterior (art. 50, § 1º).

> *Ex.: "Indefiro, nos termos do Parecer nº 12, que adoto como fundamento" é motivação válida.*

### Autotutela

A Administração anula os próprios atos ilegais e revoga os inconvenientes ou inoportunos, sem recorrer ao Judiciário (Súmula 473 do STF; Lei nº 9.784/1999, art. 53). Não se confunde com tutela, que é o controle finalístico da administração direta sobre as entidades da indireta.

> *Ex.: o órgão percebe que concedeu um adicional sem base legal e anula o próprio ato.*

### Contraditório e ampla defesa

Valem em todo processo administrativo (CF, art. 5º, LV) e são obrigatórios no processo disciplinar (Lei nº 8.112/1990, art. 143). A "verdade sabida", punição aplicada pelo conhecimento direto da falta, sem processo, é incompatível com a CF.

> *Ex.: o chefe presencia a falta do servidor e, mesmo assim, só pode puni-lo depois de sindicância ou PAD com defesa.*

### Princípios e improbidade

Violar princípios pode ser ato de improbidade, ao lado do enriquecimento ilícito (Lei nº 8.429/1992, art. 9º) e da lesão ao erário (art. 10). O art. 11 exige ação ou omissão dolosa que se enquadre em uma das condutas descritas em seus incisos.

> *Ex.: o agente que revela, antes da divulgação oficial, teor de medida capaz de afetar o preço de mercadoria pratica improbidade do art. 11, mesmo sem dano ao erário.*

#### § Letra da lei

**CF, art. 37, caput** — "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"

**CF, art. 37, § 1º** — "A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos."

**Lei nº 9.784/1999, art. 2º** — "A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência."

**Lei nº 9.784/1999, art. 53** — "A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."

## Quadro

| Princípio | Onde está escrito | Ideia central |
|---|---|---|
| Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade | CF, art. 37, caput (texto original) | LIMP |
| Eficiência | CF, art. 37, caput (EC nº 19/1998) | Presteza, perfeição, rendimento |
| Razoabilidade e proporcionalidade | Lei nº 9.784/1999, art. 2º; implícitas na CF | Prudência, moderação, limites aceitáveis |
| Segurança jurídica | Lei nº 9.784/1999, art. 2º | Estabilidade; confiança legítima |
| Motivação | Lei nº 9.784/1999, arts. 2º e 50 | Fundamentos de fato e de direito |
| Supremacia e indisponibilidade do interesse público | Implícitas | Prerrogativas e sujeições |
| Autotutela | Súmula 473 do STF; Lei nº 9.784/1999, art. 53 | Anular e revogar os próprios atos |

## Como a banca cobra

- "Constituem princípios expressos no caput do art. 37 da CF a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência." → **certo** (LIMPE).
- "O princípio da razoabilidade é implícito e se baseia naquilo que se situa dentro de limites aceitáveis." → **certo** (implícito na CF; expresso na Lei nº 9.784/1999).
- "O princípio da segurança jurídica preceitua que os atos administrativos devem ser praticados com prudência, moderação e bom senso." → **errado** (a descrição é da razoabilidade).
- "Uma vez que a Administração somente pode fazer o que está previsto em lei, os princípios que a regem são também aqueles expressos em lei." → **errado** (há princípios implícitos).
- "Para o reconhecimento da confiança legítima, não se faz necessária a presença da boa-fé." → **errado** (a confiança legítima pressupõe boa-fé).
- "A inadmissibilidade de comportamentos contraditórios do poder público é manifestação da proteção da confiança." → **certo**.
- "De acordo com o princípio da igualdade, todos os administrados devem receber o mesmo tratamento." → **errado** (a igualdade é material).
- "Em determinadas situações, os direitos individuais do administrado devem prevalecer sobre o interesse do poder público." → **certo** (a supremacia não é absoluta).
- "Em razão da supremacia do interesse público, as prerrogativas podem ser exercidas mesmo sem previsão legal." → **errado** (prerrogativa depende de lei).
- "As expressões regime jurídico da Administração e regime jurídico-administrativo são sinônimas." → **errado** (a primeira abrange também o direito privado).
- "Somente são atos de improbidade os que causem lesão ao patrimônio público ou importem enriquecimento ilícito." → **errado** (há também os do art. 11).
- **Detalhe que derruba o item:** a troca de rótulo. Princípio implícito apresentado como expresso no art. 37, a definição de um princípio atribuída a outro (razoabilidade por segurança jurídica) ou um princípio tratado como absoluto ("sempre", "todos", "mesmo sem lei").

## Atualização normativa

- **Lei nº 14.230/2021:** alterou a Lei nº 8.429/1992. Toda improbidade passou a exigir dolo, e o art. 11 (atentado aos princípios) deixou de ser exemplificativo: só configuram improbidade as condutas descritas em seus incisos.

## Revisão rápida

- [ ] **Quais são os princípios expressos no art. 37 da CF?** Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- [ ] **Qual entrou depois de 1988?** Eficiência, pela EC nº 19/1998.
- [ ] **A quem o art. 37 se aplica?** À administração direta e indireta de todos os Poderes e entes.
- [ ] **Razoabilidade está expressa onde?** Na Lei nº 9.784/1999, art. 2º; na CF, é implícita.
- [ ] **De onde vêm as sujeições da Administração?** Da indisponibilidade do interesse público.
- [ ] **A confiança legítima dispensa a boa-fé?** Não; pressupõe a boa-fé do administrado.
- [ ] **O que é autotutela?** Anular os atos ilegais e revogar os inconvenientes, sem ir ao Judiciário (Súmula 473 do STF).
- [ ] **A supremacia do interesse público é absoluta?** Não; convive com os direitos fundamentais.

## Mapa mental

**Princípios da Administração**

**Pilares**
- Supremacia do interesse público
- Indisponibilidade do interesse público

**Expressos (LIMPE)**
- Legalidade: só o que a lei autoriza
- Impessoalidade: sem promoção pessoal
- Moralidade: autônoma; SV 13
- Publicidade: condição de eficácia
- Eficiência: EC 19/1998

**Implícitos**
- Razoabilidade e proporcionalidade
- Autotutela (Súmula 473)
- Continuidade e segurança jurídica
- Motivação

**Abrangência**
- Todos os Poderes e entes
- Direta e indireta

**⚠ Pegadinhas**
- Razoabilidade expressa no art. 37 → errado
- Eficiência no texto original → errado

## Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

| | |
|---|---|
| Quais os princípios expressos no caput do art. 37 da CF? Qual foi incluído depois de 1988? | **LIMPE:** legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** — esta incluída pela **EC 19/1998**. Pegadinha: razoabilidade, supremacia do interesse público e motivação **não** são expressos no art. 37. |

| | |
|---|---|
| Quais são as espécies de ato de improbidade na Lei 8.429/1992? | **Enriquecimento ilícito** (art. 9º), **lesão ao erário** (art. 10) e **atentado aos princípios** da administração (art. 11). Após a Lei 14.230/2021, todas exigem **dolo**. Armadilha: dizer que só há improbidade com dano ao patrimônio ou enriquecimento. |
| Segurança jurídica × razoabilidade: qual princípio manda agir com prudência, moderação e bom senso? | **Razoabilidade/proporcionalidade** (implícitos na CF; expressos na Lei 9.784, art. 2º): atuação equilibrada, dentro de limites aceitáveis. **Segurança jurídica** = estabilidade das relações, proteção da confiança, vedação de aplicar retroativamente nova interpretação (art. 2º, par. único, XIII). Pegadinha: atribuir à segurança jurídica o conteúdo da razoabilidade. |
| Lei 9.784/1999, art. 50: o que a motivação deve conter e exige forma especial? | Indicar os **fundamentos de fato e de direito** (art. 2º, par. único, VII; art. 50). Deve ser **explícita, clara e congruente**, podendo consistir em **concordância com parecer** anterior (motivação aliunde — § 1º). Não há formalidade específica, em regra. |
| PAD: contraditório e ampla defesa são obrigatórios? E a "verdade sabida"? | **Obrigatórios** (CF, art. 5º, LV; Lei 8.112, art. 143). A **verdade sabida** (punir com base no conhecimento direto da falta, sem processo) é **incompatível com a CF/1988** — vedada. Armadilha: livro/gabarito que tratem a assertiva como errada. |
| Proteção da confiança legítima × boa-fé: são independentes? O que é o venire contra factum proprium? | A confiança legítima (face subjetiva da segurança jurídica) **pressupõe a boa-fé** do administrado — não há confiança legítima de quem age de má-fé. Uma de suas manifestações é a **vedação de comportamentos contraditórios** do Poder Público (venire contra factum proprium). |
| Indisponibilidade do interesse público: o que proíbe ao administrador? | O administrador **não é dono** do interesse público: não pode **renunciar**, por iniciativa própria, a poderes, bens, recursos ou direitos da coletividade; só a **lei** pode dispor. Ex.: renúncia de receita, transação e alienação dependem de autorização legal. |
| Princípio da igualdade/isonomia na Administração: todos recebem exatamente o mesmo tratamento? | **Não.** Vale a **igualdade material**: tratar igualmente os iguais e **desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade** (ex.: ações afirmativas, prioridade a idosos). Pegadinha: "todos devem receber o mesmo tratamento" → errado. |
| A supremacia do interesse público sobre o privado é absoluta? | **Não.** É princípio implícito, mas convive com os **direitos fundamentais**: em certas situações o direito individual prevalece (ex.: direito adquirido, ato jurídico perfeito, coisa julgada, devido processo). Pegadinha: "supremacia sempre prevalece". |

| | |
|---|---|
| Regime jurídico-administrativo: conceito, pilares e exemplos de prerrogativas e sujeições. É sinônimo de "regime jurídico da Administração"? | Conjunto de **prerrogativas** e **sujeições** que coloca a Administração em posição peculiar no direito público.<br>• **Supremacia do interesse público** → prerrogativas (autoexecutoriedade, cláusulas exorbitantes, desapropriação).<br>• **Indisponibilidade do interesse público** → sujeições (concurso, licitação, legalidade estrita, prestação de contas). Pegadinha: **regime jurídico da Administração** é gênero (público **ou** privado); regime jurídico-**administrativo** é só o de direito público. |

## ? Questões

gabarito comentado na p. 47

**25** INÉDITA FAROL

O princípio segundo o qual o administrador não pode dispor livremente dos bens e interesses públicos, pois atua em nome e em benefício da coletividade, é o princípio da:

(A) autotutela.
(B) publicidade.
(C) especialidade.
(D) continuidade do serviço público.
(E) indisponibilidade do interesse público.

**26** INÉDITA FAROL

O princípio da autotutela permite à administração:

(A) rever os próprios atos, anulando os ilegais e revogando os inconvenientes ou inoportunos, sem precisar recorrer ao Judiciário.
(B) julgar crimes cometidos por servidores.
(C) alterar leis aprovadas pelo Legislativo.
(D) controlar a atividade de entidades da administração indireta por subordinação hierárquica.
(E) desconsiderar decisões judiciais transitadas em julgado.

**27** INÉDITA FAROL

O princípio da administração pública que exige atuação com presteza, perfeição e rendimento funcional, incluído pela EC 19/1998, é o da

(A) legalidade.
(B) impessoalidade.
(C) eficiência.
(D) moralidade.
(E) publicidade.

**28** INÉDITA FAROL

NÃO é princípio expresso no caput do art. 37 da Constituição Federal:

(A) razoabilidade.
(B) legalidade.
(C) impessoalidade.
(D) publicidade.
(E) eficiência.

**29** INÉDITA FAROL

As expressões regime jurídico da Administração Pública e regime jurídico-administrativo são sinônimas, pois ambas designam exclusivamente o regime de direito público a que a Administração se submete.

(C) Certo (E) Errado

**30** INÉDITA FAROL

Em razão da supremacia do interesse público, as prerrogativas da Administração podem ser exercidas mesmo sem previsão legal, sempre que o interesse coletivo assim o exigir.

(C) Certo (E) Errado

**31** INÉDITA FAROL

Constituem princípios expressos da Administração Pública, previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

(C) Certo (E) Errado

**32** INÉDITA FAROL

O regime jurídico-administrativo caracteriza-se pelo binômio prerrogativas e sujeições: as prerrogativas decorrem da supremacia do interesse público, e as sujeições, da indisponibilidade do interesse público.

(C) Certo (E) Errado

**33** INÉDITA FAROL

A exigência de concurso público para a admissão de pessoal e a de licitação para as contratações são exemplos de sujeições impostas à Administração, decorrentes da indisponibilidade do interesse público.

(C) Certo (E) Errado

11.2 ITEM 4.1 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

# Poder de polícia

**Tópico online**
podcast, revisão e atualizações

**Videoaula**
aula completa no YouTube

**4 questões online**
corrigidas na hora

## Resumo

Poder de polícia é a atividade da Administração que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, em razão do interesse público. É atividade restritiva: condiciona o que o particular pode fazer com seus bens, atividades e direitos.

- **Conceito legal:** está no CTN, art. 78, porque o exercício do poder de polícia é fato gerador de taxa.
- **Atributos:** discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.
- **Ciclo de polícia:** ordem, consentimento, fiscalização e sanção.
- **Delegação:** a ordem de polícia é indelegável; as outras fases podem ir a pessoa jurídica de direito privado da administração indireta, nas condições do Tema 532 do STF.
- **Polícia administrativa:** incide sobre bens, direitos e atividades; a polícia judiciária apura ilícito penal.
- **Na PRF:** fiscalização, autuação, retenção e remoção de veículos.

## Entenda

### Conceito

O CTN define o poder de polícia como atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público (art. 78). O conceito está na lei tributária, mas vale para toda a atuação administrativa: sanitária, ambiental, de trânsito. A doutrina clássica diz o mesmo com outras palavras: é a faculdade de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

> *Ex.: o policial rodoviário retém o veículo sem condições de segurança. Ele limita o direito de circular do condutor para proteger os demais usuários da via.*

### Atividade restritiva, não prestacional

O poder de polícia restringe a esfera do particular. A atividade que amplia essa esfera, com oferta de utilidades e vantagens diretas à população, é serviço público.

> *Ex.: interditar um restaurante sem higiene é poder de polícia; fornecer água tratada é serviço público.*

### Discricionariedade

Em regra, a Administração escolhe o momento, o meio e a sanção, dentro dos limites da lei. Há atos de polícia vinculados: preenchidos os requisitos legais, a licença tem de ser concedida.

> *Ex.: a PRF decide em que trecho montar a fiscalização (discricionário). O candidato aprovado em todos os exames tem direito à habilitação (vinculado).*

### Autoexecutoriedade

A Administração executa as próprias decisões sem ordem judicial prévia. O atributo existe quando a lei o prevê ou quando a urgência exige. Não alcança todos os atos: a multa não paga só é cobrada à força por execução judicial.

> *Ex.: o agente remove o veículo estacionado sobre a pista sem pedir autorização ao juiz. Para receber a multa não paga, o órgão inscreve o débito em dívida ativa e ajuíza a execução.*

### Coercibilidade

O ato de polícia é imposto ao particular, independentemente de sua concordância, com uso da força se necessário e proporcional.

> *Ex.: o condutor se recusa a entregar o veículo irregular; a remoção ocorre mesmo contra a sua vontade.*

### Ciclo de polícia

A atuação de polícia se divide em quatro fases. A **ordem de polícia** é a norma que cria a restrição. O **consentimento** é a anuência prévia do Estado para a atividade. A **fiscalização** verifica o cumprimento da ordem. A **sanção** pune o descumprimento. Nem toda atuação passa pelas quatro: muitas atividades não dependem de consentimento prévio.

> *Ex.: o CTB fixa as regras de circulação (ordem); o Detran emite a CNH (consentimento); a PRF opera o radar (fiscalização); o órgão aplica a multa (sanção).*

### Delegação

O poder de polícia é exercido pelas pessoas de direito público. Para o STF (Tema 532), é constitucional delegar, por lei, o consentimento, a fiscalização e a sanção a pessoa jurídica de direito privado integrante da administração indireta, de capital social majoritariamente público, que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado, em regime não concorrencial. A ordem de polícia é indelegável. Particulares sem vínculo com a Administração e concessionárias executam só atos materiais de apoio.

> *Ex.: a sociedade de economia mista municipal que gerencia o trânsito pode aplicar multa. A empresa contratada para operar o radar só fornece o registro; quem autua é o agente público.*



### Poder de polícia originário e delegado

O originário é exercido pelos entes políticos (União, estados, Distrito Federal e municípios), que recebem a competência da Constituição. O delegado é exercido pelas entidades da administração indireta, que o recebem por lei do ente que as criou.

> *Ex.: a PRF, órgão da União, exerce poder de polícia originário; a Anvisa, autarquia, exerce poder de polícia delegado.*

### Polícia administrativa e polícia judiciária

A polícia administrativa incide sobre bens, direitos e atividades. É predominantemente preventiva, mas também reprime o ilícito administrativo. Vários órgãos a exercem. A polícia judiciária incide sobre pessoas e apura a infração penal; cabe às polícias civis e à Polícia Federal.

> *Ex.: a PRF que autua o excesso de velocidade faz polícia administrativa; o delegado que instaura inquérito pelo homicídio culposo no trânsito faz polícia judiciária.*

### Exercício regular

O exercício é regular quando desempenhado pelo órgão competente, nos limites da lei, com observância do processo legal e, na atividade discricionária, sem abuso ou desvio de poder (CTN, art. 78, parágrafo único). Só o exercício regular autoriza a cobrança de taxa.

> *Ex.: multa aplicada por órgão incompetente ou sem notificação do autuado é exercício irregular e deve ser anulada.*

### § Letra da lei

**CTN, art. 78** — "Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interêsse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de intêresse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos."

**CTN, art. 78, parágrafo único** — "Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder."

### Quadro

| Fase do ciclo | No trânsito | Delegável a pessoa jurídica de direito privado da indireta (Tema 532)? |
|---|---|---|
| Ordem de polícia | CTB, resoluções do Contran | Não |
| Consentimento | CNH, licenciamento | Sim |
| Fiscalização | Radar, abordagem | Sim |
| Sanção | Multa | Sim |

| | Polícia administrativa | Polícia judiciária |
|---|---|---|
| Incide sobre | Bens, direitos e atividades | Pessoas |
| Ilícito | Administrativo | Penal |
| Atuação | Preventiva e repressiva | Repressiva (investigação) |
| Quem exerce | Diversos órgãos e entidades | Polícias civis e Polícia Federal |

## Como a banca cobra

- "O poder de polícia é a atividade da Administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato em razão de interesse público." → **certo** (CTN, art. 78).
- "Constitui poder de polícia a atividade da administração pública ou de empresa privada ou concessionária com delegação para disciplinar ou limitar direito." → **errado** (o art. 78 fala só em administração pública).
- "A aplicabilidade do conceito de poder de polícia previsto no CTN está restrita à administração tributária." → **errado** (é o conceito legal geral).
- "O ato do poder de polícia pode ser dividido em quatro fases: ordem, consentimento, fiscalização e sanção de polícia." → **certo**.
- "Pela autoexecutoriedade, a Administração executa suas próprias decisões, desde que recorra previamente ao Poder Judiciário." → **errado** (o atributo dispensa a ordem judicial prévia).
- "O poder de polícia é a faculdade de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado." → **certo** (conceito doutrinário).
- "O poder de polícia constitui atividade ampliativa da esfera de interesses do particular, com oferecimento de vantagens diretas aos indivíduos." → **errado** (é restritivo; a descrição é de serviço público).
- **Detalhe que derruba o item:** a generalização ("sempre discricionário", "todo ato é autoexecutório", "apenas preventivo") e a troca de quem exerce: o conceito legal não inclui empresa privada nem concessionária, e a ordem de polícia nunca se delega.

## Revisão rápida

- ☐ **Onde está o conceito legal de poder de polícia?** No CTN, art. 78; vale para toda a Administração.
- ☐ **Quais são os atributos?** Discricionariedade (em regra), autoexecutoriedade e coercibilidade.
- ☐ **Todo ato de polícia é discricionário?** Não; a licença é vinculada.
- ☐ **A multa não paga é cobrada sem o Judiciário?** Não; a cobrança forçada exige execução judicial.
- ☐ **Quais são as fases do ciclo de polícia?** Ordem, consentimento, fiscalização e sanção.
- ☐ **Qual fase não se delega?** A ordem de polícia.
- ☐ **Quem pode receber as demais fases?** Pessoa jurídica de direito privado da indireta, de capital majoritariamente público, prestadora exclusiva de serviço público, sem concorrência (STF, Tema 532).
- ☐ **Polícia administrativa só previne?** Não; também reprime o ilícito administrativo.

## Mapa mental

### Poder de polícia

**Conceito**

- Limita direitos pelo interesse público
- CTN art. 78; gera taxa

**Atributos**

- Discricionariedade (em regra)
- Autoexecutoriedade
- Coercibilidade

**Ciclo**

- Ordem (norma): indelegável
- Consentimento: CNH, licença
- Fiscalização: radar, blitz
- Sanção: multa, remoção

**Delegação (Tema 532)**

- Estatal de direito privado prestadora de serviço
- Particular comum: só atos materiais

**Distinções**

- Licença é vinculada
- Cobrar multa exige execução
- Administrativa × judiciária

**⚠ Pegadinha**

- Exercido por concessionária privada → errado

## Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

| | |
|---|---|
| Conceito legal de poder de polícia: onde está e qual o seu núcleo? | **CTN, art. 78:** atividade da administração pública que, **limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade**, regula a prática de ato ou abstenção de fato, **em razão de interesse público** (segurança, higiene, ordem, costumes etc.). |
| Poder de polícia pode ser exercido por empresa privada ou concessionária? | **Não** como regra: o conceito do CTN (art. 78) fala em atividade **da administração pública**. O STF (Tema 532) só admite delegar consentimento, fiscalização e sanção a **PJ de direito privado da administração indireta**, de capital majoritariamente público e sem regime concorrencial; a particulares, só atos materiais. A ordem de polícia é indelegável. |
| Ciclo de polícia: quais as quatro fases? | **Ordem** de polícia (norma legal) → **consentimento** (licença/autorização) → **fiscalização** → **sanção**. STF (Tema 532): as fases de consentimento, fiscalização e sanção podem ser delegadas a estatais de direito privado com capital majoritariamente público que prestem serviço público em regime não concorrencial; a **ordem** não. |
| Atributos do poder de polícia: a autoexecutoriedade exige recurso prévio ao Judiciário? | **Não.** Atributos: **discricionariedade** (em regra), **autoexecutoriedade** (executa suas decisões **sem autorização judicial prévia**) e **coercibilidade**. Pegadinha: "desde que recorra previamente ao Poder Judiciário" → errado. |

| | |
|---|---|
| Poder de polícia é atividade ampliativa ou restritiva? O conceito do CTN vale só na área tributária? | **Restritiva/condicionadora:** limita direitos e liberdades em prol do interesse público (não oferece vantagens — isso é serviço público/fomento). O **art. 78 do CTN** traz o conceito legal geral, aplicado a **toda a Administração** (e é fato gerador de **taxa**) — não se restringe à administração tributária. |
| Delegação do poder de polícia (STF, RE 633.782, Tema 532): o que se pode delegar? | **Ordem e sanção** são **indelegáveis** a particulares. **Consentimento e fiscalização** podem ser delegados a **entidades estatais de direito privado** prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial. |

## ? Questões

gabarito comentado na p. 47

**34** INÉDITA FAROL

O poder da administração de condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade é o

(A) poder hierárquico.
(B) poder de polícia.
(C) poder disciplinar.
(D) poder regulamentar.
(E) poder vinculado.

**35** INÉDITA FAROL

A doutrina descreve o ciclo de polícia em quatro fases. Elas são:

(A) ordem, consentimento, fiscalização e sanção de polícia.
(B) licitação, contrato, execução e pagamento.
(C) denúncia, instrução, julgamento e recurso.
(D) planejamento, organização, direção e controle.
(E) provimento, posse, exercício e vacância.

**36** INÉDITA FAROL

São atributos tradicionalmente apontados pela doutrina para o poder de polícia:

(A) hierarquia, disciplina e subordinação.
(B) gratuidade, continuidade e universalidade.
(C) vinculação absoluta, imprescritibilidade e inalienabilidade.
(D) delegabilidade ampla a particulares, onerosidade e precariedade.
(E) discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

**37**

INÉDITA FAROL

O poder de polícia pode ser conceituado como a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato em razão de interesse público.

(C) Certo (E) Errado

# Gabarito comentado · Direito Administrativo

25 E 26 A 27 C 28 A 29 E 30 E 31 C 32 C 33 C 34 B 35 A 36 E 37 C

**25** **E** Princípios expressos e implícitos da Administração Pública

A indisponibilidade do interesse público e a supremacia do interesse público formam os pilares do regime jurídico-administrativo: o administrador gere interesses alheios, e por isso precisa de lei para renunciar, alienar ou transacionar. A autotutela (A) é o poder de rever os próprios atos. A especialidade (C) vincula as entidades aos fins da lei que as criou. A continuidade (D) proíbe a interrupção indevida dos serviços.

**26** **A** Princípios expressos e implícitos da Administração Pública

A autotutela é expressa na Súmula 473 do STF e no art. 53 da Lei 9.784/1999. O controle das entidades da administração indireta pelo ente que as criou (D) é tutela, ou supervisão ministerial, que é controle finalístico e não hierárquico. A administração não julga crimes (B), não altera leis (C) e não desrespeita a coisa julgada (E).

**27** **C** Princípios expressos e implícitos da Administração Pública

A EC 19/1998 acrescentou a eficiência ao caput do art. 37 da CF (LIMPE). Eficiência é atuar com presteza, perfeição e rendimento funcional.

**28** **A** Princípios expressos e implícitos da Administração Pública

O caput do art. 37 traz legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (LIMPE). A razoabilidade é princípio implícito na Constituição, mas expresso na Lei 9.784/1999 (art. 2º), ao lado da proporcionalidade, da motivação, da segurança jurídica e outros.

**29** **Errado** Princípios expressos e implícitos da Administração P...

Errado. Regime jurídico da Administração é expressão ampla, que abrange tanto o regime de direito público quanto o de direito privado a que a Administração pode se submeter (por exemplo, numa locação). Regime jurídico-administrativo designa apenas o regime de direito público, marcado pelo binômio prerrogativas e sujeições.

**30** **Errado** Princípios expressos e implícitos da Administração P...

Errado. A supremacia do interesse público não é absoluta nem dispensa a lei: as prerrogativas só existem nos limites fixados pelo ordenamento, em razão do princípio da legalidade (CF, art. 37, caput) e da própria indisponibilidade do interesse público, que submete o administrador à vontade da lei.

**31** **Certo** Princípios expressos e implícitos da Administração P...

Certo. Art. 37, caput, da CF/1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, que incluiu a eficiência entre os princípios expressos (LIMPE).

**32** **Certo** Princípios expressos e implícitos da Administração P...

Certo. O regime jurídico-administrativo assenta em dois pilares: a supremacia do interesse público sobre o privado, que fundamenta as prerrogativas da Administração (autoexecutoriedade, cláusulas exorbitantes, desapropriação), e a indisponibilidade do interesse público, que fundamenta as sujeições (concurso, licitação, legalidade estrita).

**33** **Certo** Princípios expressos e implícitos da Administração P...

Certo. Como o administrador não é dono do interesse público, sofre restrições que o particular não tem: concurso público (CF, art. 37, II), licitação (art. 37, XXI), legalidade estrita, motivação e prestação de contas. São as sujeições do regime jurídico-administrativo.

**34** **B** Poder de polícia

Poder de polícia: atividade de condicionar e restringir direitos individuais em benefício do interesse público (CTN, art. 78). O hierárquico organiza e escalona; o disciplinar pune servidores e quem tem vínculo especial; o regulamentar edita normas para fiel execução das leis.

**35** **A** Poder de polícia

O ciclo de polícia é a ordem (a norma que limita), o consentimento (licença ou autorização), a fiscalização e a sanção. O STF (Tema 532) admite delegar consentimento, fiscalização e sanção a estatais de direito privado prestadoras de serviço público, mas a ordem não pode ser delegada. As demais sequências (B a E) pertencem a outros institutos.

**36** **E** Poder de polícia

O poder de polícia costuma ter discricionariedade (escolha de oportunidade e meios, nos limites da lei), autoexecutoriedade (a administração executa sem precisar do Judiciário) e coercibilidade (impõe-se pela força, se necessário). Hierarquia e disciplina (A) são outros poderes. (B) lista princípios dos serviços públicos. A delegação a particulares (D) é restrita: o STF admite delegar fases do ciclo de polícia a estatais de direito privado, mas não amplamente.

**37** **Certo** Poder de polícia

Certo. O enunciado corresponde ao conceito legal do art. 78 do Código Tributário Nacional, adotado pela doutrina de Direito Administrativo.

# Simulado final

10 questões de múltipla escolha das disciplinas do edital, na proporção do peso de cada uma. Tempo sugerido: **70 minutos**. Marque na folha de respostas e confira no gabarito comentado, ou faça online e veja a nota projetada para a prova inteira.

**Faça este simulado online**
correção e nota projetada na hora

**S1** INÉDITA FAROL

Assinale a alternativa adequada ao registro formal escrito de uma comunicação administrativa.

(A) Informamos que o prazo para entrega dos documentos foi prorrogado até o dia 20.
(B) Tipo assim, o prazo pra entregar os documentos foi prorrogado até o dia 20.
(C) A gente prorrogou o prazo dos documentos até o dia 20, beleza?
(D) O prazo dos documentos foi esticado pro dia 20.
(E) Vamo prorrogar o prazo dos documentos até o dia 20.

**S2** INÉDITA FAROL

No período "Quando chegou ao posto, o motorista apresentou os documentos", a oração "Quando chegou ao posto" classifica-se como subordinada adverbial:

(A) causal.
(B) condicional.
(C) temporal.
(D) concessiva.
(E) final.

**S3** INÉDITA FAROL

Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase é obrigatório.

(A) O atendimento será de segunda a sexta.
(B) O servidor ficou cara a cara com o diretor.
(C) O ofício foi enviado a Vossa Senhoria.
(D) Os documentos foram entregues à secretária do setor.
(E) Ele começou a redigir o relatório.

**S4** INÉDITA FAROL

De acordo com o Acordo Ortográfico, está correta a grafia:

(A) anti-inflamatório
(B) auto-escola
(C) micro-ondas e antiinflamatório
(D) contra-regra
(E) semi-círculo

**S5** INÉDITA FAROL

Há quem veja na tecnologia a solução definitiva para a burocracia. Formulários eletrônicos, assinaturas digitais e atendimentos por aplicativo de fato encurtaram filas e reduziram o papel nas repartições. Seria ingênuo, contudo, supor que a máquina resolve sozinha o que é, no fundo, um problema de organização. Um processo mal desenhado continua lento, ainda que tramite em tela; uma exigência inútil continua inútil, mesmo quando pedida por e-mail. Digitalizar o atraso é apenas torná-lo mais rápido de reproduzir. A verdadeira modernização começa antes do computador: na pergunta, feita com honestidade, sobre por que cada etapa existe.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho "Seria ingênuo, contudo, supor que a máquina resolve sozinha...", o conector "contudo" estabelece, em relação ao período anterior, relação de:

(A) causa.
(B) conclusão.
(C) oposição.
(D) explicação.
(E) condição.

**S6** INÉDITA FAROL

Assinale a alternativa em que o emprego da vírgula é facultativo.

(A) Senhor Diretor, informo que o prazo foi prorrogado.
(B) Brasília, a capital federal, sediará o encontro.
(C) Foram comprados arroz, feijão e café para o refeitório.
(D) O servidor, que é muito dedicado, foi promovido.
(E) Ontem, o protocolo fechou mais cedo.

**S7** INÉDITA FAROL

Choose the correct option: "She had left before the meeting ___."

(A) begin
(B) begins
(C) will begin
(D) has begun
(E) began

**S8** INÉDITA FAROL

A negação da proposição “O processo foi protocolado e o prazo foi cumprido” é:

(A) O processo não foi protocolado e o prazo não foi cumprido.
(B) O processo foi protocolado ou o prazo foi cumprido.
(C) Se o processo foi protocolado, o prazo foi cumprido.
(D) O processo não foi protocolado e o prazo foi cumprido.
(E) O processo não foi protocolado ou o prazo não foi cumprido.

**S9** INÉDITA FAROL

O processo de aprendizagem organizacional em que a organização cria, adquire e transfere conhecimento, modificando seu comportamento, está associado ao conceito de:

(A) organização que aprende (learning organization).
(B) administração científica.
(C) burocracia mecanicista.
(D) centralização decisória.
(E) teoria X.

**S10** INÉDITA FAROL

Uma característica da agência reguladora (Lei 13.848) é:

(A) subordinação hierárquica ao ministro
(B) dirigentes com mandato e autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira
(C) natureza de empresa privada
(D) ausência de poder normativo
(E) criação por decreto

# Folha de respostas

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **S1** | A B C D E | **S2** | A B C D E | **S3** | A B C D E | **S4** | A B C D E |
| **S5** | A B C D E | **S6** | A B C D E | **S7** | A B C D E | **S8** | A B C D E |
| **S9** | A B C D E | **S10** | A B C D E | | | | |

# Gabarito comentado do simulado

**S1** A **S2** C **S3** D **S4** A **S5** C **S6** E **S7** E **S8** E **S9** A **S10** B

**S1** **A** Reescrita — gêneros e níveis de formalidade

(A) usa vocabulário preciso, impessoalidade ("Informamos") e norma-padrão. As demais têm marcas de oralidade e informalidade: "tipo assim" e "pra" (B), "a gente" e "beleza?" (C), "esticado" e "pro" (D), "vamo" (E).

**S2** **C** Orações subordinadas adverbiais

"Quando" situa no tempo a ação da oração principal: oração adverbial temporal. Causa (A) seria "porque" ou "como", condição (B) seria "se", concessão (D) seria "embora", e finalidade (E) seria "para que".

**S3** **D** Crase

"Entregar algo a alguém" + "a secretária" = "à secretária" (preposição + artigo). Em "de segunda a sexta" (A), com "de" sem artigo, o "a" é só preposição. Não há crase entre palavras repetidas (B), antes de pronome de tratamento (C) nem antes de verbo (E).

**S4** **A** Uso do hífen (Acordo Ortográfico de 1990)

Usa-se hífen quando o prefixo termina com a mesma vogal que inicia a palavra seguinte: anti-inflamatório (e micro-ondas). Sem hífen: autoescola, contrarregra (r dobrado) e semicírculo.

**S5** **C** Conectores e relações lógico-semânticas

"Contudo" é adversativo (= porém, entretanto): opõe os ganhos citados antes à ideia de que eles não bastam. Causa (A) seria "porque", conclusão (B) "portanto", explicação (D) "pois" anteposto e condição (E) "se".

**S6** **E** Pontuação — emprego da vírgula

Adjunto adverbial curto no início da oração pode ou não vir seguido de vírgula: "Ontem o protocolo fechou..." também está correto. A vírgula é obrigatória para isolar o vocativo (A), o aposto (B) e a oração adjetiva explicativa (D), e para separar os itens de uma enumeração (C).

**S7** **E** Inglês: formas contemporâneas da língua

O past perfect (*had left*) indica a ação anterior, e o simple past (*began*) indica a posterior, ambos no passado. A alternativa "begin" é a mais tentadora, mas o verbo sem flexão não indica tempo passado, como exige a correlação verbal da frase.

**S8** **E** Equivalências lógicas e Leis de De Morgan (negação de pr...

Pela lei de De Morgan, $\neg(p \wedge q) \equiv \neg p \vee \neg q$: nega-se cada parte e troca-se "e" por "ou". (A) nega as duas partes, mas mantém o "e", o que equivale à negação de "p ou q".

**S9** **A** Educação, treinamento e desenvolvimento; educação corp...

A organização que aprende, segundo Peter Senge, desenvolve continuamente a capacidade de criar o futuro por meio de cinco disciplinas: domínio pessoal, modelos mentais, visão compartilhada, aprendizagem em equipe e pensamento sistêmico. A administração científica (B) e a burocracia (C) privilegiam a padronização, e não a aprendizagem contínua.

**S10** **B** Mudanças institucionais: OS, OSCIP, agências e consórci...

Autarquia de regime especial.

# Continue no Farol

Este caderno é o começo. Na plataforma, cada resposta sua ajusta o plano.

**Plano do dia**
o que estudar hoje, montado pelo edital e pelos seus erros

**Questões ilimitadas**
37 questões deste edital, corrigidas na hora

**Revisão espaçada**
flashcards que voltam no dia certo, sem você contar

**Simulados no tempo da prova**
com nota projetada e posição no corte

**Podcasts e videoaulas**
para estudar no trânsito e na academia

**Diagnóstico de erros**
o padrão dos seus erros e o que revisar primeiro

**Caderno completo em PDF**
347 tópicos · 4.580 questões · acesso imediato

**Crie sua conta grátis**
farolestudos.com.br · sem cartão

# Anotações

Farol
estudos

Estudo com plano, do primeiro dia à aprovação.

farolestudos.com.br